

Na data-base, nossa luta é por aumento de verbas e contra arrocho salarial!

Em 2013, governo Alckmin deixou de repassar às três universidades públicas estaduais R\$ 540 milhões

Em 28/3, o Fórum das Seis protocolou no Cruesp nossa pauta unificada de reivindicações para a data-base 2014. O ofício de encaminhamento registrou que considera urgente dar início às negociações de data-base ainda em meados de abril, pois a pauta contém itens estratégicos para a vida das universidades estaduais paulistas, com destaque para o reajuste salarial e a necessidade de ampliação dos recursos destinados à USP, Unesp e Unicamp e ao Centro Paula Souza.

A inflação cresce. Há fortes indícios de que teremos que conviver com uma inflação crescente em 2014: a estimativa é de que o ICV-Dieese de maio/13 a abril/14 atinja 7%, no mínimo, ao invés dos cerca de 6% divulgados anteriormente. Assim, é essencial preservar o poder aquisitivo dos salários de docentes e funcionários técnico-administrativos, evitando aumentar a deterioração de nossas condições de vida e trabalho e o avanço da privatização. Não são os salários dos que trabalham na universidade que devem financiar a operação e os investimentos da instituição.

Além disso, é imperioso, como reivindicado pela Adusp ao atual reitor, realizar um exame rigoroso de todas as contas da gestão de J.G. Rodas, com ampla publicidade dos resultados e adoção de medidas cabíveis contra os responsáveis por quaisquer irregularidades que venham a ser identificadas.

Ampliar recursos! Na defesa da universidade pública em São Paulo, torna-se ainda mais essencial construir condições políticas e de mobilização que permitam garantir o aumento de recursos às estaduais paulistas, que sejam, no mínimo, compatíveis com a ampliação de vagas e *campi* efetuada na USP, Unesp e Unicamp.

Aliás, há muito é hora de o Cruesp, em particular os reitores da

USP e Unicamp, exigirem do governo Alckmin o cumprimento do compromisso de adicionar 0,07% do ICMS à quota parte da USP, pela incorporação de Lorena, e 0,05% do ICMS à da Unicamp, pela criação do *campus* de Limeira, não é? Contudo, tem sido ensurdecedor o silêncio de reitores e conselhos universitários no momento de enfrentar o governador em prol das universidades que representam.

Mistura indevida. A mistura indevida de contas públicas é política constante do atual governo do Estado. Em relação às universidades, dois exemplos são importantes: a remuneração dos aposentados está incluída nos 9,57% (na USP, cerca de 20% da folha de pagamento). Além disso, antes do cálculo dos 9,57%, o governo desconta o montante a ser destinado a programas habitacionais.

Há muito, nossa posição sobre este assunto é clara: Previdência e Habitação são contas públicas importantes, associadas a direitos sociais inalienáveis da população. O que constitui agressão aos nossos direitos é retirar dinheiro da Educação para pagar Previdência e Habitação, ou vice-versa. Outro grave exemplo desta política é a lei que instituiu o SPPrev, o regime próprio de Previdência dos servidores públicos estaduais: no seu artigo 26, I, permite contar o pagamento dos salários dos aposentados do ensino estadual público (fundamental e médio) como parte do cumprimento da determinação da Constituição Paulista de que, no mínimo, 30% da receita de impostos devem ser aplicados na Educação Estadual Pública. Lutamos contra este artigo 26, I, mas o controle do executivo sobre a Assembleia Legislativa (Alesp) é tão forte que garantiu que ele fosse promulgado. “Independência entre os poderes numa república”? Pois sim!

E tem mais! Há anos que o Fórum das Seis denuncia e insiste com os reitores, sem sucesso, para que cooperem no embate para reverter descontos indevidos e incompatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) feitos pelo governo do Estado antes de calcular os 9,57%, que conquistamos com muita luta. Também não há reação dos conselhos universitários, que de modo análogo à Alesp são controlados pelo executivo. Como nos casos de Lorena, Limeira e da ampliação da Unesp, na hora de enfrentar o governador...

O Fórum da Seis saiu, como sempre, à cata de informações, que não são fáceis de encontrar. De todo modo, os dados de 2013, apresentados a seguir, podem ser obtidos em pesquisa no sítio da Secretaria da Fazenda.

Além do montante da Habitação, já mencionado anteriormente, há muitas alíneas da quota parte do Estado na arrecadação do ICMS que não são consideradas no momento de calcular o repasse de 9,57% destinado às estaduais paulistas. Destaque-se que os 25% do ICMS de todas as parcelas indicadas abaixo, com exceção da sétima, são pagos regularmente pelo governo do Estado aos municípios, como previsto na legislação; ou seja, o tratamento dispensado aos municípios e às universidades é diferenciado. Indaga-se: a razão seria política?

Quanto deixamos de receber em 2013. Todos os itens citados a seguir fazem parte da arrecadação do ICMS; na sua maioria, os títulos são auto-explicativos. Os menos óbvios são comentados. Os valores correspondentes a 2013 e a nominata das parcelas não incluídas, todas referentes à quota parte do Estado, são os seguintes (entre parênteses, o número da alínea na execução orçamentária, quando pertinente):

1. R\$ 1.053 milhões correspondentes à Habitação;
2. R\$ 2.846,7 milhões de multas e juros de mora do ICMS (1911);

3. R\$ 116,5 milhões de multas e juros da dívida ativa do ICMS (1913);

4. R\$ 68,2 milhões de multas por infração do regulamento do ICMS (191950);

5. R\$ 31,7 milhões provenientes da receita da dívida ativa do ICMS (193115);

6. R\$ 228,8 milhões de outras receitas, provenientes de acréscimo financeiro sobre ICMS não inscrito, sobre os programas de parcelamento incentivado (PPI) e de parcelamento especial (PPE) (199099);

7. R\$ 1.302 milhões referentes à restituição via Nota Fiscal Paulista.

Adotada pelo governo, a Nota Fiscal Paulista é uma prática contábil, contestada pelo Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado, que reduz os recursos repassados aos municípios, à educação básica e às universidades. Tal prática contábil consiste em tratar os prêmios sorteados e os créditos do Tesouro pagos aos participantes não como despesas, mas como simples restituições de ICMS “recolhido a maior ou indevidamente”. Desta forma, só em 2013 deixou de ser contabilizado na arrecadação de ICMS o montante de R\$ 1.736 milhões, dos quais 75%, isto é, R\$ 1.302 milhões deveriam constar da base de cálculo do repasse às universidades. Ainda que se trate de uma tentativa de reduzir a sonegação, em princípio apropriada, ela não pode ser financiada com o sacrifício das verbas dos municípios ou daquelas vinculadas a direitos sociais, como saúde e educação, em particular das universidades estaduais.

A soma desses itens é R\$ 5.646,9 milhões — 5,65 bilhões de reais!

Portanto, 9,57% deste total correspondem a 540,41 milhões de reais, que não foram repassados às estaduais paulistas, só em 2013! Este montante equivale a 6,3% do total de recursos oriundos do ICMS investidos na universidades estaduais em 2013.

Fica a questão: até quando o Cruesp e os Conselhos Universitários da USP, Unesp e Unicamp permanecerão coniventes com esta política do governo do Estado?

Edital de Convocação para Eleição do Conselho de Representantes da Adusp

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os associados da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 13 e 14 de maio de 2014, das 9h00 às 21h00, para todas as unidades relacionadas abaixo. Conforme determina o art. 36, § 3º do Estatuto Social da Adusp - S. Sind., nas unidades com vacância de suplente, o eleito cumprirá mandato complementar até o término da gestão do representante titular. Nas unidades sem representantes, os eleitos cumprirão mandato até maio de 2017. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp situada à Av. Prof. Almeida Prado, 1366, Cidade Universitária, São Paulo-SP. O prazo para inscrição dos candidatos se encerra no dia 8 de maio de 2014, às 18h00.

São Paulo, 3 de Abril de 2014.
Ciro Teixeira Correia, Presidente da Adusp

Consulte a relação completa das unidades em
<http://goo.gl/RJo10N>

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN

Biênio 2014-2016

Dias 13 e 14 de maio de 2014

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

VOTE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO.

Em pauta: o temário do Conselho Universitário de 3/6

Em 7/4/14 ocorreu a primeira reunião da Comissão Assessora Especial do Conselho Universitário (Co), a CAECO, constituída por representações dos três segmentos da comunidade universitária e encarregada de coordenar o processo de discussão do temário proposto na reunião do Co de 25/3 sobre mudanças para democratizar a USP.

Na ocasião, ficou definido que o professor Carlos Ferreira Martins (IAU) será o presidente da comissão; foi apresentado o detalhamento dos 9 itens do Temário Básico Inicial proposto no Co, organizado com base nas contribuições que as Congregações haviam encaminhado ao Co do dia 25 (<http://bit.ly/1ehlps5>); e teve início a discussão sobre como ampliar o debate sobre o temário no âmbito da universidade e como fazê-lo de modo integrado com a sociedade. As próximas reuniões da CAECO foram marcadas para 14 e 28 de abril.

No mesmo dia 7/4, as entidades de representação dos estudantes (DCE e APG), funcionários técnico-administrativos (Sintusp) e docentes reuniram-se na sede da Adusp para avaliar as perspectivas de atuação conjunta e de cada entidade no processo em curso. Foi comum a avaliação de

que é preciso somar forças neste momento, para que o processo conduza a uma efetiva democratização da universidade, na perspectiva de construção de uma Estatuinte democrática, exclusiva e soberana.

Definiu-se como tarefa prioritária, nessa reunião, que as entidades avancem na definição de suas posições quanto ao temário da primeira reunião de discussão do Co marcada para 3/6 (1- Missão e princípios da Universidade, 2- Gestão, transparência e responsabilidade fiscal e 3- Ensino, Pesquisa e Extensão), com vistas à organização de debates conjuntos com a comunidade no mês de maio.

Diretoria da Adusp revisa propostas do Encontro de Professores de 2008. Com a perspectiva de balizar a discussão entre os docentes, a diretoria da Adusp deu início à revisão e consolidação de suas posições sobre o temário para 3/6, tendo como referência as propostas do Encontro de Professores de maio de 2008, que consolidaram à época, no âmbito da categoria, os trabalhos do inconcluso V Congresso da USP (<http://bit.ly/1qoygBn>) e as propostas históricas do movimento docente organizado no Andes-SN

compiladas na Proposta do Andes-SN para a universidade Brasileira (<http://bit.ly/1oUgXuF>).

Assim que esse trabalho inicial estiver concluído, a diretoria vai encaminhá-lo para avaliação nas unidades, no Conselho de Representantes (o CR da Adusp será convocado para 28/4) e Assembleia da categoria (a ser marcada após a reunião do CR).

Reiteramos a perspectiva anunciada no editorial das nossas publicações em 2008 e no *Informativo Adusp* 378: “Só a ação unitária de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos, pode enfrentar — política e organizadamente — o enorme desafio que é transformar a estrutura autoritária vigente na USP, construindo a perspectiva de instalação de uma Estatuinte Democrática, Soberana e Exclusiva. Continuaremos comprometidos com a consecução desses objetivos, por meio do debate crítico de ideias, de propostas e de condutas políticas”.

Convocamos a todas e todos para os debates e embates da hora! Colabore e contribua para não deixarmos mais uma vez escapar esse momento promissor para mudar a USP!

Homenagem a Alexander Ibsen Voeroes e a seus familiares



Alexander Ibsen Voeroes, aluno do Colégio de Aplicação assassinado pela Ditadura Militar em 1972, aos vinte anos, foi homenageado em 9/4, em cerimônia realizada no Auditório da Faculdade de Educação. Além de sua mãe, Carmen Ibsen Chateau Voeroes, e familiares, estiveram presentes e manifestaram-se o reitor Marco Antonio Zago, a diretora Lisete Arelaro, o deputado estadual Adriano Diogo, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, o secretário municipal de Direitos Humanos, Rogério Sotili, bem como Clóvis Bojikian, ex-diretor do Colégio de Aplicação, e Lira Ali, do Levante Popular da Juventude.

Forte insatisfação na Guarda Universitária

A Guarda Universitária (GU) está inconformada com as mudanças conceituais e operacionais a ela impostas em 2012, após a chegada dos coronéis nomeados pela gestão de J. G. Rodas. O nome mudou para “Proteção e Prevenção” (PP-USP), os uniformes por pouco não passaram a assemelhar-se aos da Polícia Militar (só não ocorreu em razão dos custos elevados), a escala de trabalho foi alterada à revelia dos guardas universitários, a página interativa da GU no site da USP foi retirada do ar.

Os guardas universitários mobilizaram-se, articularam apoios, e redigiram uma carta aberta na qual pediam solidariedade: “Estamos clamando por socorro, pois estamos sendo aviltados, violentados, agredidos moralmente, bem como assediados profissionalmente”. “Não iremos e não queremos coadunar com a atual política de desconstrução, de devastação, perseguição e extermínio do nosso quadro de seguranças”.

Um comissão de guardas foi ouvida pelo vice-reitor, Vahan Agopyan, que garantiu a eles a criação de um grupo de trabalho para discutir a questão de segurança na USP. “Queremos ter um grupo de trabalho que ouça a comunidade, não apenas os guardas, os vigias e os coronéis, mas que ouça todo o mundo e faça um projeto de segurança para os nossos diversos campi. Esperamos, em

poucas semanas, ter uma proposta de segurança já discutida com toda a comunidade”, afirmou Vahan ao *Informativo Adusp*.

A GU tem pleiteado que esse grupo de trabalho seja criado o quanto antes e que docentes da área de direitos humanos integrem, assim como representantes dos funcionários e estudantes.

Interferência. “Temos que fazer uma discussão adequada de por que segurança aqui não significa repressão”, avalia a professora Zilda Iokoi (FFLCH), do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos. “Toda vez que a polícia entra, só piora o problema. Temos que criar uma tal democracia aqui dentro que as pessoas possam ter responsabilidade pelas coisas que fazem, sem essa interferência militar no campus toda vez que acontece algum problema”. Para ela, as reivindicações da GU refletem um conflito entre o que os coronéis defendem e as normas da Reitoria que regulam a segurança no campus.

O professor Adilson Carvalho (IGC) declarou ao *Informativo Adusp* que a GU, reestruturada em 1999, era reconhecida e valorizada pela comunidade universitária como a “segurança da USP”, de modo que a troca de nome, bem como outras modificações, “conduzem a uma perda de identidade que no meu entender foi um grande equívoco”.

Carvalho conhece bem a questão: foi prefeito do campus do Butantã de 2006 a 2008, quando a Prefeitura controlava a GU, e posteriormente foi seu diretor administrativo (2010) e superintendente de Segurança (2011).

No entender de Carvalho, a GU experimentou um salto de qualidade até o início de 2012, em processo que culminou com a criação da Superintendência de Segurança. “A troca de comando ocorrida em 2012 não foi uma simples substituição de pessoas. O projeto que vinha sendo desenvolvido foi abandonado e aparentemente nada foi construído em seu lugar. Por outro lado, as lideranças naturais, que existiam e que haviam sido treinadas para tal nas três gestões anteriores, foram destituídas”. Para ele, é preciso que a segurança da USP retome “o caminho do desenvolvimento e da agregação”, pois “na ausência de um comando legítimo”, a situação pode resultar “num ambiente de desagregação”.

Os coronéis. Em 29 de março de 2012, três coronéis reformados da PM foram nomeados pelo reitor J.G. Rodas como ocupantes cargos de confiança na Superintendência de Segurança da USP, a saber: Luiz de Castro Junior, ex-diretor da Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PM, como superintendente; Jefferson de Almeida, como assessor de Planeja-

mento de Ações Comunitárias; e Valter Alves Mendonça, um dos réus no julgamento do massacre do Carandiru (por ser, na época, capitão à frente da tropa que retomou o 2º andar do Pavilhão 9), como assessor de Proteção Patrimonial.

A nomeação desses oficiais logo após grande mobilização, em 2011, da comunidade universitária contra a presença da PM no campus gerou grande indignação, com repercussões na grande mídia. Meses após a nomeação, Almeida e Mendonça foram substituídos por outros dois coronéis reformados: José Luiz Sanchez Verardino e Silvio Carlos Silva Mendonça. O autoritarismo dos oficiais acabou incomodando os guardas universitários, que defendem a construção de uma “segurança educacional emancipadora” em conjunto com a comunidade. A maioria deles recusa o militarismo repressor que a PM emprega fora e dentro dos campi e, também por isso, redigiram a carta de reivindicações.

No início de abril, circulava a informação de que os coronéis, inconformados com o fato de que o reitor não os recebia em audiência, teriam renunciado aos cargos na USP. Os próprios oficiais teriam comunicado a renúncia aos guardas universitários. Mas não foi possível confirmar a procedência dessa informação até o fechamento desta edição.

Cepeusp cede uso da Raia Olímpica para quatro clubes

Uma tragédia ocorrida na Raia Olímpica da USP em 19/2 trouxe à tona novas vinculações entre público e privado na universidade. Questionado pela Reitoria, por solicitação da Adusp relacionada à publicação de nota sobre o afogamento de um esportista, o Cepeusp acaba de admitir que tem contrato firmado com “quatro instituições esportivas, possibilitando o desenvolvimento dos esportes remo e canoagem”, a saber: Corinthians, Esporte Clube Pinheiros, Clube Bandeirante e Clube Atlético Paulistano.

Como já mencionado no *Informativo Adusp* 377, p. 5, uma nota publicada pela *Folha de S. Paulo* afirmou: “O Corinthians é o responsável pela raia olímpica” (“Empresário morre afogado du-

rante aula em raia da USP”, 20/2/14, p. C3). A Adusp solicitou informações à Reitoria. O chefe de gabinete, professor José Drugowich, enviou à Adusp as explicações que lhe foram dadas pelo diretor do Centro de Práticas Esportivas (Cepeusp), professor Carlos Bezerra de Albuquerque, o qual informou, por ofício, que os quatro clubes “têm direito à utilização das seguintes dependências da Raia Olímpica da USP: garagem de barcos; barco-escola; dois vestiários”.

O diretor do Cepeusp declarou ainda, no ofício enviado à Reitoria, que “cabe às instituições a manutenção” de tais equipamentos, “além do controle de inscrições, frequências, aulas, treinos, testes de natação, avaliações físicas e avaliações

médicas dos seus alunos e atletas”. Acrescenta que, “no caso específico” do aluno Everaldo Miranda, do Corinthians, “reforçamos que a responsabilidade pelo atendimento ao aluno é do referido clube”.

Em seguida, porém, Albuquerque conclui com a afirmação de que “é inverídica e absurda a informação de que o Corinthians é o responsável pela Raia Olímpica”, e que tal responsabilidade “pertence ao Cepeusp”.

Preocupantes. A Adusp considera incompletas e preocupantes as informações fornecidas pelo diretor do Cepeusp. Assim, oficiou ao chefe de gabinete solicitando dados complementares, inclusive cópias dos contratos de utilização das dependências da

Raia Olímpica da USP firmados com aquelas instituições, indagando se foram submetidos à aprovação das instâncias competentes da universidade. Pede ainda cópias das atas de reuniões nas quais se deliberou sobre o assunto.

Na correspondência enviada ao professor Drugowich, a Adusp solicita também que a Reitoria esclareça em que legislação ampara-se o diretor do Cepeusp para concluir que no caso “do acidente envolvendo o aluno ... a responsabilidade pelo atendimento é do Clube”.

Por fim, a Adusp indaga quais providências foram tomadas pela USP para retificar o teor da notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, uma vez que o professor Albuquerque a considerou “inverídica e absurda”.

Câmara Municipal e Alesp investigam EACH, enquanto “Plano B” acumula deficiências

Após vistoria, Corpo de Bombeiros conclui que edificações do *campus* leste estão irregulares e sem a devida proteção

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para investigar as áreas contaminadas do município de São Paulo abriu seus trabalhos em 8/4, tendo como ponto de pauta a situação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). A próxima reunião da CPI, presidida pelo vereador Rubens Calvo (PMDB), está agendada para 15/4, às 10 horas, quando a comunidade da USP Leste terá a palavra franqueada para se manifestar.

O vereador Vavá (PT), vice-presidente da CPI, declarou que serão feitas diligências para apurar detalhes da contaminação: “Sou morador da zona leste e vejo o transtorno que isso está causando a milhares de jovens que estudam naquela região e hoje estão sendo obrigados a se locomover para outras regiões, tendo em vista o grau do perigo que há ali”. O vereador Aurélio Nomura (PSDB), relator, assinalou as dimensões do problema ambiental: “Não atinge somente a USP, atinge toda aquela região, com milhares e milhares de pessoas sendo contaminadas diariamente” (vide reportagem na Web Rádio Câmara: <http://goo.gl/p9MfoW>).

A Assembleia Legislativa (Alesp), por sua vez, realizará nova audiência pública sobre a EACH, em 24/4 às 14 horas, organizada pela Comissão de Direitos Humanos. Foram convidados a comparecer o secretário estadual do Meio Ambiente, o presidente da Cetesb e o reitor da USP (ver <http://bit.ly/1ehDeOc>).

“Plano B” vai mal. Resultado da arrastada teimosia da

Reitoria, que deixou para providenciá-lo de última hora, o chamado “Plano B” oferecido à EACH vem confirmando, já nas primeiras semanas de implantação, todos os problemas que foram apontados pela comunidade tão logo ele foi anunciado. No início da reunião da Congregação realizada em 9/4, os alunos realizaram o “enterro da EACH”. Depoimentos contundentes estão disponíveis no blogue *EACH seus problemas* (<http://goo.gl/sWtWEP>).

“Bibliotecas que não possuem os livros que precisamos (ou apenas um exemplar já emprestado). Impressão de textos, mais caros que xerox, porque não há pastas e os professores mandam o arquivo. Só essa semana gastei 9 reais na Unicid e 12 reais hoje na FFLCH. E não peguei tudo que precisava. E bandeirão longe e cantina cara e fechada na hora do intervalo na Poli. Passei fome. Já está virando rotina”, comenta Thaisa Torres Nunes, estudante de Gestão de Políticas Públicas.

“Durante a aula de química, a professora foi categórica ao afirmar que as aulas em laboratório são imprescindíveis, e que caso elas não ocorram, seremos muito prejudicados no próximo módulo. Hoje já é dia 8/4 e ainda nem sinal da instalação emergencial” (dos laboratórios), observa um estudante de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN).

À distância? Um aluno de Sistemas da Informação (SI) relatou que “não bastassem os problemas para bandejar e as dificuldades no

transporte, agora teremos aula EAD usando cliente VNC” (aulas que deveriam ser presenciais serão ministradas à distância, por meio de um aplicativo que cria ambientes virtuais compartilhados). “Sim, alguns alunos receberam mensagens informando que as aulas de Cálculo 1-turma extra iniciarão pela Internet”, porque “segundo o professor as salas na Faculdade de Educação serão utilizadas por outros”.

Os docentes também têm queixas: “Lecionei na manhã de 1º de abril na Unicid. Concordo com aqueles que reclamam do som dos arredores do prédio nas salas de aula: o som dos trens a cada 10-15 minutos é difícil de vencer na garganta, apenas. Os alunos só passaram a ouvir o que eu dizia após eu ter a sorte de ter conseguido microfone com caixa de som”, relatou o professor Marcos Hara, docente de LCN.

Um professor de SI contou sua experiência na Fatec, onde não há Internet sem fio: “Emprestei o computador de um funcionário, mas muitos sites são bloqueados. Como havia mais alunos do que carteiras, fomos realocados para uma sala maior. Não há cantina e o deslocamento até o Metrô passa por áreas bastante assustadoras. Na FMVZ alguns alunos reclamaram da distância e um deles comentou que estava chegando à 1 hora da manhã em casa”.

Bombeiros. O Corpo de Bombeiros enviou à Adusp o Ofício CBM 148/300/14, no qual comunica o resultado de vistoria técnica realizada na EACH em 4/2, pelo tenente Marcos Garcia, agente vistoriante da Divisão de Atividades Técnicas da corporação. A vistoria havia sido solicitada pela

Adusp, diante da constatação de que a EACH não possuía os equipamentos necessários à prevenção e combate de incêndios, apesar do risco propiciado pela presença de metano no subsolo.

No documento, o coronel Wagner Bertolini Jr., comandante do Corpo de Bombeiros, informa que a EACH “encontra-se irregular perante o Decreto Estadual 56.819/11 e suas instruções técnicas”, pelos seguintes motivos:

1) apenas 20% da edificação possui projeto técnico aprovado (858/2005), mesmo assim sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); os restantes 80% sequer têm projeto, e “os sistemas não estão instalados ou não funcionam, segundo o representante da USP”;

2) “falta sinalização dos equipamentos de proteção e combate a incêndio”;

3) “possui extintores de incêndio instalados em desconformidade com a Instrução Técnica 21/11, alguns deles descarregados e guardados em depósito, deixando dessa forma áreas da edificação sem a devida cobertura”;

4) “não foi possível realizar o teste no sistema de hidrantes em razão de problemas no quadro de operação da bomba de incêndio”;

5) “as caixas de hidrantes estão sem sinalização, faltam equipamentos e as mangueiras não possuem teste hidrostático”;

6) “não foi possível realizar o teste no sistema de iluminação de emergência e existem áreas sem a instalação dos blocos autônomos”;

7) “há um cilindro de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) P-45kg instalado fora das normas vigentes e sem estar protegido por extintores”.

Ato público distribui macarronada e pede “Bom Prato” no HCRP

Em 7/4, manifestantes distribuíram macarronada para centenas de pessoas, gratuitamente, na entrada do Hospital das Clínicas da USP de Ribeirão Preto. O grupo pediu a instalação, no HCRP, de um restaurante “Bom Prato”, destinado à população de baixa renda (fornece refeições balanceadas ao custo de 1 real). O superintendente do HC, Marcos Felipe de Sá

(FMRP), chegou a proibir o ato público, sem sucesso. Em 2013, ele descartou a criação do restaurante popular, alegando não haver espaço para tal equipamento social.

A professora Annie Schmalz Hsiou, coordenadora da Adusp Regional, expressou apoio à criação do “Bom Prato” no HC e solidarizou-se com as lutas dos funcionários. Foi distribuída “Carta Aberta

pela instalação imediata de um restaurante Bom Prato no HC”, cujos signatários são Centro Acadêmico Rocha Lima, DCE, SindSaúde, Sintusp, Adusp e Associação Amigos do Memorial da Classe Operária-UGT.

